



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2012 (Da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional)

Requer informações ao Excelentíssimo Senhor **JOSÉ EDUARDO CARDOZO**, Ministro de Estado da Justiça, sobre supostos conflitos entre garimpeiros brasileiros e índios ianomâmis, que teriam resultado na morte de oitenta indígenas na fronteira Brasil-Venezuela.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115, inciso I e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja encaminhado, por meio da Mesa Diretora desta Casa, Pedido de Informação ao Excelentíssimo Senhor **JOSÉ EDUARDO CARDOZO**, Ministro de Estado da Justiça, sobre o suposto conflito entre garimpeiros brasileiros e índios ianomâmis, conforme noticiado pela imprensa.

JUSTIFICATIVA

Nas últimas semanas, veículos de comunicação brasileiros e venezuelanos publicaram informações a respeito de um suposto conflito ocorrido no último dia 5 de julho, envolvendo garimpeiros brasileiros e índios ianomâmis e que teria resultado no massacre de até 80 (oitenta) indígenas.

Com efeito, cabe registrar que os ianomâmis são uma das maiores tribos relativamente isoladas da América do Sul. Vivem em florestas tropicais e em montanhas no norte do Brasil e no sul da Venezuela. No Brasil, seu território tem o dobro do tamanho da Suíça. Na Venezuela, os índios ianomâmis vivem em uma região de 8,2 milhões de hectares no Alto Orinoco. Juntas, as duas regiões formam o maior território indígena florestal em todo o mundo. Logo, trata-se de uma da mais expressiva comunidade indígena do hemisfério sul.

Sobre o suposto ataque, a ONG *Survival International* relatou que os índios, que teriam encontrado os corpos carbonizados das supostas vítimas do massacre, só conseguiram reportar a ação muito tempo após ela ter sido cometida, uma vez que os ianomâmis vivem em uma região isolada e as testemunhas levaram dias para chegar, a pé, até o povoado mais próximo.

É especialmente preocupante relatos fornecidos por ativistas sociais ligados à questão indígena, dando conta de que, em razão da subida do preço do ouro, estaria havendo uma intensificação de mineração ilegal em toda a zona do suposto conflito. Estaria, igualmente, havendo aumento da delinquência organizada, que vai além da fronteira ianomâmi, propagando-se para outras regiões próximas do Alto Orinoco.

Segundo informações da mídia, os relatos sobre os supostos ataques, bem como os depoimentos das testemunhas, foram registrados perante a 52ª Brigada de Guarnição Militar de Porto Ayacucho. A Promotoria-Geral da Venezuela, de sua parte, teria constituído uma comissão para investigar o suposto ataque.

Frente à gravidade das informações aqui sintetizadas, aliado à falta de informações oficiais sobre esses acontecimentos, o Colegiado desta Comissão aprovou, na Reunião Ordinária realizada na data de hoje (05/09/2012), requerimento em que solicita informações detalhadas ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Justiça, Senhor José Eduardo Cardozo, a respeito da apuração da veracidade desses fatos, bem assim quais as providências que estariam sendo tomadas, tanto pelas autoridades brasileiras quanto pelas venezuelanas, visando à identificação e responsabilização dos supostos responsáveis pelos atos criminosos.

Do exposto, diante da inegável importância da questão em relevo, e no exercício do poder fiscalizador conferido a esta Casa Legislativa, encaminho o presente Requerimento de Informação.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 2012.

Deputada **PERPÉTUA ALMEIDA**
Presidenta